



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**CONCURSO PÚBLICO – Edital n.º 39/2015 – SERH**  
**Prova Objetiva – 15/11/2015**

**CONTADOR**

**INFORMAÇÕES:**

1. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova. Antes de iniciar a resolução das questões, confira a numeração de todas as páginas.
2. A prova é composta de 40 questões objetivas.
3. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas cada uma, sempre na sequência **A, B, C, D, E**, das quais somente uma deve ser assinalada.
4. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos aplicadores de prova.
5. Ao receber o cartão-resposta, verifique se o nome impresso nele corresponde ao seu. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao aplicador de prova.
6. O cartão-resposta deverá ser preenchido com caneta esferográfica transparente de tinta **preta ou azul**, tendo-se o cuidado de não ultrapassar o limite do espaço para cada marcação.
7. Não serão permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre os candidatos, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
8. Não será permitido ao candidato manter em seu poder relógios, aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, *tablet*, calculadora, agenda eletrônica, MP3 etc.), devendo ser desligados e colocados **OBRIGATORIAMENTE** no saco plástico. Caso essa exigência seja descumprida, o candidato será excluído do concurso.
9. A duração da prova é de 4 (quatro) horas. Esse tempo inclui a resolução das questões e a transcrição das respostas para o cartão-resposta.
10. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao aplicador de prova. Aguarde autorização para entregar o caderno de prova e o cartão-resposta.
11. O gabarito provisório será divulgado dia 16.11.2015 a partir das 17h.
12. Não será permitida consulta à legislação ou a qualquer outro material.
13. O candidato somente poderá se retirar da sala após uma hora e trinta minutos do início da prova, devendo, obrigatoriamente, entregar o caderno de provas e o cartão-resposta.
14. Se desejar, o candidato poderá anotar as respostas no quadro abaixo, recortar na linha indicada e levá-lo consigo.

**Duração total da prova: 4 horas**

✂-----

<b>RESPOSTAS</b>									
01.	02.	03.	04.	05.	06.	07.	08.	09.	10.
11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.
21.	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28.	29.	30.
31.	32.	33.	34.	35.	36.	37.	38.	39.	40.



EM BRANCO



1. O artigo 31 da Constituição da República Federativa do Brasil (Constituição de 1988) trata da fiscalização do Município, que será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. Julgue os desdobramentos que se seguem e marque V para os verdadeiros e F para os falsos; depois, assinale a alternativa que corresponde à sequência **CORRETA**.
- O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
  - O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
  - As contas dos Municípios ficarão, durante noventa dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
  - É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

A sequência **CORRETA** é:

- A) V – V – V – F
- B) V – F – V – F
- C) F – V – F – V
- D) V – V – F – V**
- E) F – F – F – V

2. O método conhecido por Orçamento Base Zero (OBZ) é um processo orçamentário que não utiliza o ano anterior como ponto de partida para elaboração do orçamento atual. Julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a alternativa **CORRETA**.
- Requer que todas as atividades estejam justificadas e priorizadas antes de serem tomadas as decisões relativas à quantia de recursos a ser alocada para cada tipo de gasto.
  - Força os gestores a refletir sobre as operações e procurar oportunidades de melhoria.
  - Chama a atenção para os excessos e duplicidades entre as atividades ou departamentos.
  - Elaboração trabalhosa e burocrática; a relação custo/benefício deste método deve ser muito bem analisada.
  - Aumenta o envolvimento das pessoas e melhora sensivelmente a motivação no trabalho.

A sequência **CORRETA** é:

- A) V – V – V – V – V**
- B) V – F – V – V – F
- C) F – F – V – F – F
- D) F – F – F – V – V
- E) V – V – V – F – F

3. O orçamento anual pode ser alterado por meio de créditos adicionais. Por crédito adicional entende-se as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária. Assinale a alternativa **CORRETA** quanto à classificação dos créditos adicionais prevista na Lei n.º 4.320/1964.

- A) Especiais, os destinados a reforço de dotação orçamentária; suplementares, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- B) Suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária; especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.**
- C) Especiais, os destinados a reforço de dotação orçamentária; suplementares, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; reserva de contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos.
- D) Suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária; especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; reserva de contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos.
- E) Especiais, os destinados a reforço de dotação orçamentária; reserva de contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos; extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública



4. Com base na Lei n.º 4.320/64 e suas alterações posteriores, tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades. Analise os itens que se seguem:
- São Receitas de Capital as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
  - São Receitas Correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.
  - O *superávit* do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, apurado na demonstração a que se refere o Anexo n.º 1 (Demonstração da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas) da Lei n.º 4.320/64 não constituirá item de receita orçamentária.
  - Operações de Crédito, Alienação de Bens Móveis e Imóveis, Amortização de Empréstimos Concedidos são classificadas como Receitas Correntes.

A sequência **CORRETA** é:

- V – V – V – F
  - V – F – V – F
  - F – V – F – V
  - F – F – V – F**
  - F – F – F – V
5. No que tange aos instrumentos de transparência da gestão fiscal – art. 48 da Lei Complementar n.º 101/2000 e suas alterações posteriores – aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, julgue os itens que se seguem com V para os Verdadeiros e F para os Falsos e assinale a alternativa que corresponde à sequência **CORRETA**.
- Os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
  - Incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.
  - Liberação ao parcial conhecimento e acompanhamento pela sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.
  - Adoção de sistema separado de administração financeira e controle que atenda ao padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União.

A sequência **CORRETA** é:

- V – F – V – V.
  - V – V – F – F.**
  - F – F – V – F.
  - F – F – F – V.
  - V – V – V – F.
6. Sobre os estágios que compõem a receita orçamentária, assinale a alternativa que conceitua o lançamento.
- Ato da repartição competente que verifica a procedência do crédito fiscal, a pessoa devedora e inscreve a dívida dela.**
  - É o ato de entrega do produto oriundo da arrecadação, pelas respectivas repartições e estabelecimentos bancários ao Banco do Brasil, para crédito em conta única do Tesouro.
  - É o ato de quitação das obrigações por parte do contribuinte, relativas a tributo, multa ou qualquer outro crédito ou valor, mediante pagamento.
  - Estimativa agregada à lei orçamentária do quanto se espera arrecadar durante o exercício financeiro.
  - É o ato emanado da autoridade competente, criando para o Estado a obrigação de pagamento.



7. As despesas orçamentárias podem ser classificadas em despesas correntes e despesas de capital. Assinale a alternativa em que **TODOS** os exemplos contemplam despesas correntes.
- A) Serviços terceirizados de vigilância; aquisição de equipamentos para escola pública; pagamento de remuneração e encargos de pessoal.
  - B) Gastos com aquisição de material de uso e consumo; pagamento de amortizações e juros de dívida externa.
  - C) Serviços terceirizados de limpeza e conservação; pagamento de juros oriundos de dívida interna; transferência de assistência e previdência social.
  - D) Pagamento de despesas de pessoal e encargos da folha de pagamento; gastos com empreiteiras para obra de construção de hospital municipal.
  - E) Pagamento de diárias de viagem; gasto com aquisição de ar-condicionado; pagamento de juros da dívida interna.
8. Em relação às prerrogativas que compõem as etapas do ciclo orçamentário, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) A Elaboração é caracterizada como sendo a apresentação da proposta orçamentária pela respectiva Unidade Gestora e constitui-se como sendo o terceiro momento do ciclo do processo orçamentário.
  - B) A Execução constitui-se no último estágio do ciclo orçamentário, começando a sua utilização ao final do exercício orçamentário anterior, após publicação do QDD – Quadro de Detalhamento de Despesas.
  - C) A etapa de acompanhamento e execução orçamentária corresponde ao controle quanto à arrecadação e destino dos gastos e a sua ocorrência estará a cargo exclusivamente dos Tribunais de Contas Estadual e Federal.
  - D) A etapa de votação, sanção e publicação da lei orçamentária corresponde ao processo de análise dos organismos competentes, sendo que, em primeiro lugar, o orçamento deverá ser aprovado pelo Chefe do Poder Executivo e, em seguida, deverá ser analisado pelo Plenário do Poder Legislativo.
  - E) A Apreciação é a etapa em que o projeto de lei orçamentária é analisado pela Comissão Mista Permanente de Orçamento, a quem caberá examinar e emitir parecer sobre o projeto.
9. Em relação ao endividamento e empréstimos públicos, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- A) Os empréstimos de ordem interna, denominados de dívida interna, são relacionados àqueles recursos obtidos junto às instituições financeiras públicas ou de economia mista ou realizados diretamente com empresas públicas e de economia mista, enquanto os de ordem externa, as dívidas externas, são aqueles recursos obtidos junto às instituições financeiras ou pessoas físicas e jurídicas de direito privado.
  - B) Os empréstimos classificam-se em: obrigatórios, nos quais prevalece o poder coercitivo do Estado, em ocasiões de calamidade pública, guerra ou grave crise econômica; e voluntários, contraídos mediante livre manifestação da vontade do investidor.
  - C) A dívida pública flutuante corresponde aos compromissos que não necessitam de prévia autorização orçamentária, enquanto a dívida pública fundada corresponde aos compromissos ou exigibilidades realizados mediante emissão de títulos ou celebração de contratos e que requerem prévia autorização legislativa para amortização ou resgate.
  - D) Em consonância com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, quando a dívida consolidada de um ente federativo ultrapassar o respectivo limite, ao final de cada quadrimestre, deverá ser reconduzida novamente ao ente federativo, até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro quadrimestre.
  - E) Consistem em sanções previstas na Lei da Responsabilidade Fiscal, pela extrapolação aos limites da dívida consolidada: não poder contrair novas operações de crédito, internas ou externas, ressalvado o refinanciamento do principal da dívida mobiliária, e a obrigação obrigatória de resultado primário necessário para a recondução da dívida ao limite, incluindo a limitação de empenhos, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.
10. Constituem competências previstas constitucionalmente ao Tribunal de Contas da União – TCU, **EXCETO**:
- A) Apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessões de aposentadorias, reformas e pensões militares.
  - B) Fiscalizar as aplicações de subvenções e a renúncia de receitas.
  - C) Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais, de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta.
  - D) Fixar os coeficientes dos fundos de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e fiscalizar a entrega dos recursos aos governos estaduais e prefeituras.
  - E) Contratar serviços de firmas de auditoria externa para auxiliar na apreciação de contas anuais da Presidência da República, Vice-Presidência e dos Ministérios.



11. A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) poderá ser elaborada de acordo com um dos dois modelos apresentados a seguir:

- I. Modelo Sintético: esse modelo facilita a visualização dos grandes grupos de variações patrimoniais que compõem o resultado patrimonial. Especifica apenas os grupos (2º nível de detalhamento do PCASP), acompanhado de quadros anexos que detalham sua composição.
- II. Modelo Analítico: esse modelo detalha os subgrupos das variações patrimoniais em um único quadro. Auxilia o recebimento das contas anuais por meio do Siconfi, para fins de consolidação.

Nesse contexto, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) tem função semelhante à Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DMPL apura o resultado em termos de patrimônio líquido como um dos principais indicadores de desempenho da entidade.
- B) A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido como um dos principais indicadores de desempenho da entidade.**
- C) A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) tem função semelhante à Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DOAR era obrigatória para muitas empresas, agora não mais, procura evidenciar as origens de recursos que ampliam a folga financeira de curto prazo (ou o capital circulante líquido, numa linguagem mais técnica) e as aplicações de recursos que consomem essa folga.
- D) A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) tem função semelhante à Demonstração do Valor Adicionado (DVA) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DVA apura o resultado da riqueza criada pela empresa e a forma de sua distribuição pelos fatores de produção (capital e trabalho) e ao governo.
- E) A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) tem função semelhante ao Balanço Social do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que o Balanço Social tem por objetivo demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida. Possui quatro vertentes: o Balanço Ambiental, o Balanço de Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado e Benefícios e Contribuições à Sociedade Geral.

12. A demonstração dos Fluxos de Caixa compreende os seguintes itens:

- I. Quadro Principal;
- II. Quadro de Receitas Derivadas e Originárias;
- III. Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas;
- IV. Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função;
- V. Quadro de Juros e Encargos da Dívida.

A estrutura do Quadro Principal é composta por:

- A) Fluxos de caixas das atividades de investimento; Fluxos de caixas das atividades de financiamento; Geração líquida de caixa e equivalente de caixa; Fluxos de caixa das atividades operacionais;
- B) Fluxos de caixas das atividades de financiamento; Geração líquida de caixa e equivalente de caixa; Fluxos de caixa das atividades operacionais; Fluxos de caixas das atividades de investimento;
- C) Geração líquida de caixa e equivalente de caixa; Fluxos de caixa das atividades operacionais; Fluxos de caixas das atividades de investimento; Fluxos de caixas das atividades de financiamento;
- D) Fluxos de caixa das atividades operacionais; Fluxos de caixas das atividades de investimento; Fluxos de caixas das atividades de financiamento; Geração líquida de caixa e equivalente de caixa.**
- E) Fluxos de caixa das atividades operacionais; Geração líquida de caixa e equivalente de caixa; Fluxos de caixas das atividades de investimento; Fluxos de caixas das atividades de financiamento.



13. Observe os dados da demonstração:

<b>Balanco Orçamentário</b>			
<b>Receita</b>			
<b>Títulos</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Diferenças</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>38.658.860.556,00</b>	<b>36.951.940.149,11</b>	<b>-1.706.920.406,89</b>
Receita Tributária	28.170.796.941,00	27.104.549.814,81	-1.066.247.126,19
Receita de Contribuições			
Receita Patrimonial	333.499.079,00	406.860.488,60	73.361.409,60
Receita de Serviços	322.934.300,00	422.187.816,11	99.253.516,11
Transferências Correntes	8.099.551.482,00	7.830.368.565,35	-269.182.916,65
Outras Receitas Correntes	1.732.078.754,00	1.187.973.464,24	-544.105.289,76
Receitas de Capital	1.383.508.265,00	1.090.810.725,65	-292.697.539,35
Operações de Crédito	737.495.141,00	953.849.106,76	216.353.965,76
Alienação de Bens	54.000,00	2.942.850,00	2.888.850,00
Amortização de Empréstimos			
Transferências de Capital	252.203.613,00	134.018.768,89	-118.184.844,11
Outras Receitas de Capital	393.755.511,00		-393.755.511,00
Deduções para o Fundeb	-4.487.715.447,00	-4.251.791.281,71	235.924.165,29
<b>Total</b>	<b>35.554.653.374,00</b>	<b>33.790.959.593,05</b>	<b>-1.763.693.780,95</b>
<b>Despesa</b>			
<b>Títulos</b>	<b>Fixação</b>	<b>Execução</b>	<b>Diferenças</b>
Créditos Orçamentários			
e suplementares	27.086.699.406,00	25.740.026.702,79	-1.346.672.703,21
Créditos Especiais	63.359.858,00	59.745.007,18	-3.614.850,82
<b>Total</b>	<b>27.150.059.264,00</b>	<b>25.799.771.709,97</b>	<b>-1.350.287.554,03</b>

O Balanço Orçamentário acima revela que

- A) a execução orçamentária apresentou o *superavit* orçamentário no valor de R\$ 8.404.594.110,00.
- B) a execução orçamentária apresentou o *superavit* orçamentário no valor de R\$ 9.754.881.664,03.
- C) a execução orçamentária apresentou o *deficit* orçamentário no valor de R\$ 413.406.226,92.
- D) a execução orçamentária demonstrou que a receita atingiu o montante de R\$ 35.554.653.374,00.
- E) a execução orçamentária apresentou o *superavit* orçamentário no valor de R\$ 7.991.187.883,08.



O Balanço Patrimonial a seguir é referência para as questões 14 e 15.

14. A Administração Direta do Estado XYZ apresentou a seguinte demonstração:

Balanço Patrimonial Administração Direta do Estado XYZ em 2014

<b>Ativo</b>			
<b>Ativo Financeiro</b>			
<b>Disponível</b>			
Bancos e Correspondente	907.319.363,96	907.319.363,96	
Vinculado em C/C Bancárias		600.003.907,98	
<b>Realizável</b>			
Créditos a receber	1.725.031.780,28		
Outros Créditos em Circulação	13,00	1.725.031.793,28	3.232.355.065,22
<b>Ativo Permanente</b>			
Bens Móveis		1.634.354.088,43	
Bens Imóveis		1.836.768.791,62	
Créditos		2.952.626.335,85	
Valores		16.110.801.980,87	22.534.551.196,77
<b>Soma do Ativo Real</b>			25.766.906.261,99
<b>Saldo Patrimonial</b>			
<b>Passivo Real Descoberto</b>			
De exercícios anteriores			
Do exercício			
Aporte/Redução de Capital			
<b>Ativo Compensado</b>			
Valores em Poder de Terceiro		6.428.115,27	
Valores de Terceiros		61.515.308,83	
Valores nominais emitidos		0,07	
Direitos e Obrigações Diversas		3.250.159.971,06	
Compensações Diversas		1.507.323.271,94	4.825.426.667,17
<b>Total</b>			<b>30.592.332.929,16</b>

Balanço Patrimonial Administração Direta do Estado XYZ em 2014

<b>Passivo</b>			
<b>Passivo Financeiro</b>			
<b>Restos a pagar</b>			
A Processar	522.040.020,10		
Processado	374.216.219,62	896.256.239,72	
<b>Serviços da Dívida a Pagar</b>			
A Processar			



Processado			
<b>Depósito</b>		964.796.834,53	
<b>Débitos de Tesouraria</b>		2.081.255.008,94	3.942.308.083,19
<b>Passivo Permanente</b>			
<b>Dívida Fundada Interna</b>			
Em Títulos			
Por contatos	19.475.199.332,80	19.475.199.332,80	
<b>Dívida Fundada Externa</b>			
Em Títulos			
Por contatos	917.301.530,89	917.301.530,89	
Diversos		1.109.252.103,55	21.501.752.967,24
<b>Soma do Passivo Real</b>			25.444.061.050,43
<b>Saldo Patrimonial</b>			
<b>Ativo Real Líquido</b>			
De exercícios anteriores		1.630.556.175,05	
Do exercício		1.953.401.386,61	322.845.211,56
<b>Passivo Compensado</b>			
Contrap.Valores Poder Terc.		6.428.115,27	
Contrap.Valores de Terceiros		61.515.308,83	
Contrap.Val.Nominais Emitidos		0,07	
Contrap. Va. Obrigações Div.		3.250.159.971,06	
Contrap. Compensações Div.		1.507.323.271,94	4.825.426.667,17
<b>Total</b>			<b>30.592.332.929,16</b>

O Balanço Patrimonial – Administração Direta do Estado XYZ em 2014 revela, no referido exercício:

- A) a dívida flutuante, no montante de R\$ 522.040.020,10.
- B) a dívida flutuante, no montante de R\$ 917.301.530,89.
- C) a dívida flutuante, no montante de R\$ 322.845.211,56.
- D) a dívida flutuante, no montante de R\$ 3.942.308.083,19.**
- E) a dívida flutuante, no montante de R\$ 21.501.752.967,24.

15. O Balanço Patrimonial – Administração Direta do Estado XYZ em 2014 revela uma dívida pública consolidada no montante de:

- A) R\$ 30.592.332.929,16.
- B) R\$ 4.825.426.667,17.
- C) R\$ 25.444.061.050,43.**
- D) R\$ 22.534.551.196,77.
- E) R\$ 3.232.355.065,22.



O Balanço Patrimonial a seguir é referência para as questões 16 e 17.

16. Observe os dados da demonstração:

<b>BALANÇO PATRIMONIAL – CONSOLIDADO GERAL</b>		
Anexo 14 – Lei Federal n.º 4.320/64		
Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013		
<b>ATIVO</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>12.395.049</b>	<b>10.170.836</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.039.326	7.500.538
Créditos a Curto Prazo	1.206.568	1.386.255
Clientes	62.041	66.824
Créditos Tributários a Receber	1.131.410	1.306.286
Dívida Ativa Tributária	387	414
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	12.730	12.730
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.273.110	686.460
Investimentos e Aplicações		
Temporárias a Curto Prazo	529.435	344.737
Estoques	343.182	249.166
VPDs Pagas Antecipadamente	3.427	3.678
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>16.768.934</b>	<b>10.671.498</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.569.647	1.941.927
Créditos a Longo Prazo	2.300.455	1.805.410
Créditos Tributários a Receber	1.956.022	1.427.668
Dívida Ativa Tributária	53.500	77.559
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	290.933	300.182
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	146.433	118.574
Estoques	16.604	16.589
VPDs Pagas Antecipadamente	106.154	1.354
Investimentos	3.226.098	3.190.399
Imobilizado	10.810.933	5.432.284
Intangível	162.256	106.887
<b>TOTAL</b>	<b>29.163.983</b>	<b>20.842.333</b>
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>9.623.934</b>	<b>7.887.088</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>19.540.049</b>	<b>12.955.245</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Garantias e Contragarantias Recebidas	846.143	990.634
Responsabilidades de Terceiros por valores, títulos e bens	47.006	270.700
Responsáveis em Apuração	85.763	79.460
<b>TOTAL</b>	<b>978.912</b>	<b>1.340.794</b>



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ

Pág. 11/20

<b>PASSIVO</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>8.015.032</b>	<b>6.737.870</b>
Obrigações Trabalhista, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	149.279	144.379
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	753.561	570.265
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	196.314	207.106
Obrigações Fiscais	16.453	10.490
Provisões a Curto Prazo	504.724	611.074
Demais Obrigações a Curto Prazo	6.394.701	5.194.557
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>18.751.255</b>	<b>16.322.265</b>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar		
a Longo Prazo	732.578	837.853
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	14.613.508	12.660.682
Fornecedores a Longo Prazo	1.359.086	1.307.708
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	242.426	241.200
Provisões a Longo Prazo	816.184	378.821
Demais Obrigações a Longo Prazo	469.780	521.165
Resultado Diferido	517.693	374.836
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>26.766.287</b>	<b>23.060.136</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.397.696</b>	<b>-2.217.802</b>
Patrimônio Social e Capital Social	198.097	189.476
Reservas de Capital	368	368
Demais Reservas	8.088	8.088
Resultados Acumulados	2.191.143	-2.415.735
<b>TOTAL</b>	<b>29.163.996</b>	<b>20.842.333</b>
<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>6.681.996</b>	<b>5.024.028</b>
<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>20.521.975</b>	<b>18.036.108</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>1.960.012</b>	<b>-2.217.802</b>
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Garantias e Contragarantias Concedidas	620.249	787.080
Outros Instrumentos Congêneres a Liberar	466.491	
Obrigações Contratuais a Executar	16.005.140	
Responsabilidades com Terceiros por Valores, Títulos e Bens	90.420	
Controle de Riscos Fiscais e Passivos Contingentes	9.147.871	8.007.381
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		690.433
Outros Atos Potenciais Passivos		
<b>TOTAL</b>	<b>26.330.171</b>	<b>9.568.303</b>

O Balanço Patrimonial apresentado revela que

- A) o passivo a descoberto totaliza o montante de R\$ 18.751.255,00 no ano de 2014.
- B) o montante do *superavit* financeiro apresentado no ano de 2014 foi de R\$ 4.615.498,00
- C) o montante dos atos potenciais do ativo no ano de 2013 foi de R\$ 1.261.334,00.
- D) as variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas no ano de 2013, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo, tem o montante de R\$ 5.032,00.
- E) **a entidade do setor público apresenta o passivo a descoberto no ano de 2013.**



17. O Balanço Patrimonial contido na questão 16 também revela que

- A) os atos que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente, compreendem, em 31/12/2014, o valor de R\$ 26.330.171.
- B) os passivos exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis, as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositaria, independentemente do prazo de exigibilidade, compreendem, em 31/12/2014, o valor de R\$ 26.330.171.
- C) os bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa compreendem, em 31/12/2014, o valor de R\$ 12.395.049.
- D) os atos que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente, compreendem, em 31/12/2014, o valor de R\$ 26.330.171.**
- E) os pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço a entidade ocorrerão no curto prazo, compreendem, em 31/12/2014, o valor de R\$ 106.154.

18. O campo de aplicação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público abrange todas as entidades do setor público. As entidades abrangidas pelo campo de aplicação devem observar as normas e as técnicas próprias da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, considerando-se o seguinte escopo:

- A) parcialmente, as entidades governamentais, os serviços sociais, os conselhos profissionais; e integralmente as demais entidades do setor público, para garantir procedimentos suficientes de prestação de contas e instrumentalização do controle social.
- B) integralmente, as entidades governamentais, os serviços sociais, os conselhos profissionais; e integralmente as demais entidades do setor público, para garantir procedimentos suficientes de prestação de contas e instrumentalização do controle social.
- C) parcialmente, as entidades governamentais, os serviços sociais, os conselhos profissionais e as demais entidades do setor público, para garantir procedimentos suficientes de prestação de contas e instrumentalização do controle social.
- D) integralmente, as entidades governamentais, os serviços sociais e as demais entidades do setor público, para garantir procedimentos suficientes de prestação de contas e instrumentalização do controle social.
- E) integralmente, as entidades governamentais, os serviços sociais, os conselhos profissionais; e parcialmente as demais entidades do setor público, para garantir procedimentos suficientes de prestação de contas e instrumentalização do controle social.**

19. Unidade Contábil é a soma, agregação ou divisão de patrimônio de uma ou mais entidades do setor público. A Unidade Contábil é classificada em:

- A) Primária, Originária, Unificada e Consolidada.
- B) Originária, Descentralizada, Unificada e Consolidada.**
- C) Primária, Descentralizada, Unificada e Consolidada.
- D) Primária, Unificada e Descentralizada.
- E) Primária, Originária, Descentralizada e Consolidada.

20. De acordo com a Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCT 16.3, entende-se que o conjunto de documentos elaborados com a finalidade de materializar o planejamento por meio de programas e ações, compreendendo desde o nível estratégico até o nível operacional, bem como propiciar a avaliação e a instrumentalização do controle, é conceito de:

- A) Plano hierarquicamente interligado.**
- B) Planejamento.
- C) Orçamento.
- D) Avaliação de desempenho.
- E) Evidenciação.

21. São parte integrante das características do registro e da informação contábil no setor público, devendo observância aos princípios e às Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público, os itens:

- A) Comparabilidade, imparcialidade, integridade e terminologia das contas.
- B) Compreensibilidade, integridade, terminologia das contas e objetividade.
- C) Confiabilidade, imparcialidade, objetividade e terminologia das contas.
- D) Comparabilidade, compreensibilidade, confiabilidade e fidedignidade.**
- E) Objetividade, terminologia das contas, representatividade e imparcialidade.



22. As demonstrações contábeis das entidades definidas no campo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público são:
- A) Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico.
  - B) Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Mutações do Patrimônio, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico.
  - C) Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico.**
  - D) Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Mutações do Patrimônio, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico.
  - E) Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Balanço Financeiro, Demonstração das Mutações do Patrimônio, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico.
23. Assinale a alternativa que apresenta **TODOS** os fatores que devem ser considerados ao se estimar a vida útil econômica de um ativo, de acordo com Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16.9).
- A) a capacidade de geração de benefícios futuros, o desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não, os limites legais ou contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo.
  - B) a capacidade de geração de benefícios futuros, o desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não e a obsolescência tecnológica
  - C) a capacidade de geração de benefícios futuros, a obsolescência tecnológica, os limites legais ou contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo.
  - D) a capacidade de geração de benefícios futuros, o desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não, a obsolescência tecnológica, os limites legais ou contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo.**
  - E) o desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não, a obsolescência tecnológica, os limites legais ou contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo.
24. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar n.º 101/2000 e posteriores alterações, entende-se como despesa total com pessoal:
- I. O somatório dos gastos do ente com a Federação com os ativos, inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros do Poder.
  - II. Vencimentos e vantagens fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões.
  - III. Gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza.
  - IV. Valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos.
- Estão **CORRETAS**:
- A) Somente I e II.
  - B) Somente I, II e III.**
  - C) Somente II e III.
  - D) Somente I, II e IV.
  - E) I, II, III e IV.
25. A renúncia de receita, de acordo com a Lei Complementar n.º 101/2000 posteriores alterações, compreende a concessão ou ampliação de incentivo ou benefícios de natureza tributária. Atendendo ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a renúncia somente é possível quando atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:
- A) quando demonstrados em Parecer Técnico os benefícios da renúncia de receita para o exercício em questão.
  - B) em caso de alteração de alíquotas de impostos previstos na Constituição, devendo estar acompanhada de medidas de compensação de receita de outra natureza.
  - C) quando for estimado o impacto orçamentário financeiro e constatar-se que este afeta as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).
  - D) quando constar no anexo de Metas Fiscais do exercício a compensação da renúncia de receita por meio da diminuição de despesas.
  - E) quando acompanhada de medidas de compensação, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.**



26. A Lei Complementar n.º 131/2009 acrescenta dispositivos à Lei Complementar n.º 101/2000 e trata da transparência fiscal, dando à sociedade o pleno conhecimento e acompanhamento em tempo real das informações sobre a execução orçamentária e financeira. Os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações:
- I. quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado.
  - II. quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.
  - III. quanto ao sistema: acesso às informações do sistema integrado de administração financeira e controle, referente à execução orçamentária.
  - IV. quanto ao caixa: disponibilização das informações referentes às entradas de caixa de qualquer natureza, bem como suas saídas para pagamentos de qualquer natureza.

Analisando as afirmações acima, estão **CORRETAS**:

- A) Somente I, II e III.
  - B) Somente I e IV.
  - C) **Somente I e II.**
  - D) Somente III e IV.
  - E) I, II, III e IV.
27. As despesas totais com pessoal para os Estados e Municípios não poderão exceder a 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida. Caso a despesa total com pessoal ultrapasse o limite, o percentual terá de ser eliminado, adotando-se, entre outras, a(s) seguinte(s) providência(s):

- A) **Tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos ou redução da jornada de trabalho.**
- B) Contratação de operações de crédito para manter a liquidez anteriormente obtida, respeitando os limites globais de endividamento.
- C) Aumento das alíquotas de impostos para compensar o excedente com pessoal.
- D) Nos dois quadrimestres seguintes, deverá eliminar o excedente por meio de redução de despesas de outra natureza.
- E) Definir plano de alteração de carreira até o término do quadrimestre seguinte, para compensar o excedente de despesa de pessoal, conforme diretriz da Lei de Responsabilidade Fiscal.

28. Empenho, segundo o artigo 58 da Lei nº 4.320/64, é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico e divide-se em:

- I. Ordinário.
- II. Estimativo.
- III. Global.
- IV. Individual.
- V. Misto.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) II, IV e V.
  - B) **I, II e III.**
  - C) I, III e IV.
  - D) III, IV e V.
  - E) II, III e IV.
29. É vedado ao titular do Poder ou órgão, no final do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este feito. Esse prazo final:

- A) **são os últimos dois quadrimestres.**
- B) são os últimos três trimestres.
- C) são os últimos dois bimestres.
- D) é o último semestre.
- E) é o último bimestre.



30. A operação de crédito por antecipação de receita orçamentária destina-se a atender à insuficiência de caixa durante o exercício financeiro, além de cumprir as exigências do artigo 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal e mais as seguintes:
- I. Realizar-se-á somente a partir do décimo dia do início do exercício.
  - II. Deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia 10 (dez) de dezembro de cada ano.
  - III. Não será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira, ou a que vier a substituí-la.
  - IV. Estará proibida: enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada; e no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.
  - V. Poderá ser renegociada a qualquer momento.
  - VI. Ficará a critério do governante.

Assinale a alternativa que contém as afirmações **CORRETAS** de acordo com o enunciado.

- A) II, III, IV e V.
- B) I, II, III e IV.**
- C) I, III, IV e V.
- D) II, IV e VI.
- E) I, II, V e VI.

31. O regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidas em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação. Neste caso, pode-se afirmar, referente ao adiantamento a servidor, que:
- I. é uma autorização de execução orçamentária e financeira por uma forma diferente da normal.
  - II. é de responsabilidade do ordenador de despesas.
  - III. é pago com o Cartão de Pagamento do Governo Federal.
  - IV. é obrigado o certame licitatório.
  - V. o gasto fica a critério do servidor.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) II, III e IV.
- B) I, II e V.
- C) I, III e IV.
- D) I, II e III.**
- E) III, IV e V.

32. O tratamento diferenciado conferido às microempresas e empresas de pequeno porte, constante na Lei Complementar 123/2006, abrange:
- I. a apuração do IRPJ e CSLL por meio do Lucro Presumido.
  - II. a apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias.
  - III. a apuração da COFINS com 3%.
  - IV. o cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias.
  - V. o acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.

Assinale a alternativa que apresente somente os itens **CORRETOS**.

- A) II, IV e V.**
- B) I, II e V.
- C) II, III e IV.
- D) II, III e V.
- E) I, II e IV.



33. Sobre o Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM, é **CORRETO** afirmar que:

- I. é composto por representantes somente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- II. fazem parte de sua composição os Municípios e demais órgãos de apoio e de registro empresarial, na forma definida pelo poder executivo.
- III. serão presididos por representantes da União e coordenados por representantes dos Estados.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Somente I é verdadeira.
- B) Somente III é verdadeira.
- C) Somente II é verdadeira.**
- D) Somente I e II são verdadeiras.
- E) Somente II e III são verdadeiras.

34. São consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o artigo 966 do Código Civil, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Sobre o tema, analise as proposições a seguir:

- I. No caso da microempresa, deve auferir, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).
- II. No caso da empresa de pequeno porte, deve auferir, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).
- III. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar n.º 123/2006, incluído o regime do Simples Nacional (Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e contribuições), para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica cujo capital participe outra pessoa jurídica.
- IV. Poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar n.º 123/2006, incluído o regime do Simples Nacional (Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e contribuições), para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

Estão **CORRETOS** somente os itens:

- A) II e IV.
- B) II e III.**
- C) I e III.
- D) III e IV.
- E) I e II.

35. Considerando que o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, quais os impostos e contribuições inclusos?

- I. Contribuição para manutenção da Seguridade Social, relativa ao trabalhador.
- II. Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ.
- III. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.
- IV. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.
- V. Imposto de Renda relativo aos ganhos de capital auferidos na alienação de bens do ativo permanente.

Estão **CORRETOS** os itens:

- A) I, II e III.
- B) I, III e V.
- C) II e III.**
- D) II, III e V.
- E) I, II e IV.



36. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. Essa verificação tem por finalidade apurar:

- I. a origem e o objeto do que se deve pagar.
- II. a importância exata a pagar.
- III. a existência de duplicidade de documento.
- IV. a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

Assinale a alternativa que apresenta as finalidades da verificação da liquidação conforme a Lei n.º 4.320/64.

- A) I, II e IV.
- B) I, II e III.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.
- E) III e IV.

37. Conforme o artigo 11 da Lei n.º 4.320/64, a receita orçamentária classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

Assinale a alternativa que apresente **SOMENTE** Receitas Correntes.

- A) Operações de Crédito, Receitas de Valores Mobiliários, Contribuições de Melhoria, Amortização de Empréstimos Concedidos.
- B) Alienação de Bens Móveis e Imóveis, Multas, Participações e Dividendos, Impostos.
- C) Receitas de Valores Mobiliários, Amortização de Empréstimos Concedidos, Receita de Serviços Industriais, Cobrança da Dívida Ativa.
- D) Operações de Crédito, Receitas de Valores Mobiliários, Taxas, Receitas Imobiliárias.
- E) As receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes.

38. As Despesas Orçamentárias são classificadas nas seguintes categorias econômicas: Despesas Correntes e Despesas de Capital. As despesas correntes estão divididas em Despesas de Custeio e Transferências Correntes; e as Despesas de Capital em Investimentos, Inversões Financeiras e Transferências de Capital.

Assinale a alternativa que apresente a sequência correspondente a Investimentos, Despesas de Custeio e Inversões Financeiras.

- A) Concessão de Empréstimos, Auxílios para Obras Públicas, Material Permanente.
- B) Material Permanente, Material de Consumo, Amortização da Dívida Pública.
- C) Obras Públicas, Pessoal Militar, Aquisição de Imóveis.
- D) Constituição de Fundos Rotativos, Pessoa Civil, Equipamentos e Instalações.
- E) Subvenções Econômicas, Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresa em Funcionamento, Amortização da Dívida Pública.

39. Em relação à elaboração da Lei de Orçamento, conforme apresentado na Lei n.º 4.320/64, assinale a alternativa **INCORRETA**. Não se admitirão emendas ao projeto de Lei de Orçamento que visem a:

- A) alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando provada, nesse ponto, a inexatidão da proposta.
- B) conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.
- C) conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado.
- D) conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes.
- E) alterar a dotação solicitada para despesas com investimentos, salvo quando provada, nesse ponto, a inexatidão da proposta.



40. Com base na Lei n.º 4.320/64, analise as afirmações.

- I. Pertencem ao exercício financeiro as despesas nele arrecadadas e as receitas nele legalmente empenhadas.
- II. Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.
- III. Os empenhos que sorvem a conta de créditos com vigência plurienal que não tenham sido liquidados só serão computados como Restos a Pagar no último ano de vigência do crédito.
- IV. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.
- V. Os créditos adicionais classificam-se em: especiais, os destinados a reforço de dotação orçamentária; suplementares, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Assinale a alternativa que apresente somente as afirmações **CORRETAS**.

- A) I, II, III e IV.
- B) III, IV e V.
- C) II, III e IV.**
- D) II, III e V.
- E) I, IV e V.



EM BRANCO



EM BRANCO